

Diálogos

Diálogos - Revista do Departamento de  
História e do Programa de Pós-Graduação em  
História

ISSN: 1415-9945

rev-dialogos@uem.br

Universidade Estadual de Maringá  
Brasil

Benedito Dias, Reginaldo  
A HISTÓRIA DA AÇÃO POPULAR ESCRITA E REESCRITA POR ELA PRÓPRIA  
Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol.  
15, núm. 1, enero-abril, 2011, pp. 111-145  
Universidade Estadual de Maringá  
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305525027008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica  
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

## A HISTÓRIA DA AÇÃO POPULAR ESCRITA E REESCRITA POR ELA PRÓPRIA \*

*Reginaldo Benedito Dias\*\**

---

**Resumo.** Este trabalho investiga como a Ação Popular, organização de esquerda das décadas de 1960 e 1970, elaborou e reelaborou o sentido de sua experiência, em face das redefinições políticas que vivenciou. Caracterizada por sua origem heterodoxa, aberta a diferentes influências doutrinárias, a AP rompeu, na conjuntura posterior a 1964, com sua identidade de origem e filiou-se à tradição do marxismo-leninismo. Analisa-se como a AP atualizou sua memória e reescreveu o sentido de sua história, com o objetivo de legitimar as opções recentes, inspiradas no marxismo-leninismo.

**Palavras-chave:** Ação Popular Marxista-Leninista; Maoísmo no Brasil; Esquerda Católica.

## HISTORY OF THE POPULAR ACTION WRITTEN AND REWRITTEN BY ITSELF

**Abstract:** This work investigates how the AP (Ação Popular - Popular Action), a left-wing organization on the 60's and the 70's, produced and reorganized the meaning of its experience, facing the political redefinitions that it went through. Characterized by its heterodox origin and open to different doctrinal influences, the AP had abandoned this position in the scenario after 1964, and engaged in the Marxist-Leninist tradition. This analysis focus on how AP updated its memory and rewrote the meanings of its history with the objective of legitimating its current options, inspired in the Marxism-Leninism.

**Keywords:** Popular Action, Marxism-Leninism, Maoism in Brazil; Catholic Left-Wing.

---

\* Artigo recebido em 05/04/2011. Aprovado em 25/04/2011.

\*\* Professor do Programa de Pós-Graduação em História da UEM, Maringá/PR.

## LA HISTORIA DE LA ACCIÓN POPULAR ESCRITA Y REESCRITA POR ELLA MISMA

**Resumen.** Este trabajo investiga cómo la Acción Popular, organización de izquierda de las décadas de '60 y '70, elaboró y reelaboró el sentido de su experiencia, visto las redefiniciones políticas que vivenciaba. Caracterizada por su origen heterodoxo y por ser abierta a diferentes influencias doctrinarias, la AP rompió con su identidad de origen durante la coyuntura posterior a 1964, y se suscribió a la tradición marxista-leninista. Aquí se analiza cómo la AP actualizó su memoria y reescribió el sentido de su historia con el objetivo de legitimar las opciones recientes, inspiradas en el marxismo-leninismo.

**Palabras Clave:** Acción Popular Marxista Leninista; Maoísmo en Brasil; Izquierda Católica.

---

### PREÂMBULO

Em 1966, a Ação Popular (AP), organização de esquerda cujo congresso de fundação ocorrera apenas três anos antes, elaborou um documento intitulado “Histórico”. De forma esquemática, dividiu em quatro fases sua trajetória e fez um balanço de cada uma delas e do conjunto da experiência.

Pode parecer exagero que uma organização de tão curta duração tenha feito balanço detalhado de sua história, mas não se tratava de exercício diletante. O advento da ditadura civil-militar havia imposto ao conjunto da esquerda uma reflexão sobre a derrota sofrida em 1964. A AP não passou incólume. Viveu, então, um processo de reformulação e atualização de seu projeto político, o que exigiu um diálogo com o passado. Em futuro próximo, enfrentaria outros momentos de redefinição estratégica, nos quais tais exercícios, com as cores próprias de cada época, voltariam a acontecer. O presente texto investiga como a AP elaborou e reelaborou o sentido de sua experiência, em face das redefinições políticas que vivenciou.

Em inspirador estudo, Dulce Pandolffi (1995) demonstra como a produção da memória é inerente à práxis dos partidos marxistas, que mantêm uma relação diferenciada com a história. Tal produção faz com que sejam entrelaçadas três temporalidades: passado, presente e futuro. Se a memória é construção do presente sobre o passado (HALBWACHS, 1990), nesse caso ela sofre influência do projeto político, articulado com

um futuro de longo alcance, cujo horizonte é a nova sociedade. Esse exercício se faz com a subjetividade dos agentes políticos e obedece às hegemonias instauradas, exigindo a atualização da construção da memória e da identidade (PANDOLFFI, 1995).

Atento ao papel que a memória desempenha na formação da identidade, Michael Pollak observa que as instituições políticas não podem “mudar de direção e de imagem brutalmente a não ser sob o risco de tensões difíceis de dominar, de cisões e mesmo de seu desaparecimento”. Tal risco pode tornar-se realidade se os membros deixarem de se “reconhecer na nova imagem, nas novas interpretações de seu passado individual e no de sua organização” (POLLAK, 1989, p. 10).

A particularidade da AP reside no fato de sua identidade ser reconstruída a partir de deliberadas rupturas com seu passado, às quais correspondem cisões organizativas de impacto. A AP caracteriza-se por uma origem heterodoxa, aberta a diferentes influências doutrinárias, e por ter rompido, na conjuntura posterior a 1964, com aquela identidade e filiar-se à tradição do marxismo-leninismo. Promoveu, a partir de 1968, uma espécie de refundação, por meio da qual declarou morta a “velha AP”. O caminho da definição da linha marxista-leninista levou a acirradas lutas internas e a dramáticas cisões.

Analisa-se, em suma, como a AP, a fim de atualizar sua identidade política, reescreveu o sentido de sua história. Verifica-se como procurou reinterpretar cada fase de sua existência, com o objetivo de legitimar, nos marcos do que considerava ser o verdadeiro marxismo-leninismo, as opções recentes. São utilizados os documentos que deram suporte, na própria época, aos embates políticos em torno dessa reformulação e intervenções públicas de ex-dirigentes. São consideradas as posições em disputa, das quais são investigados os pontos de convergência e divergência.

## IDEOLOGIA E CAMINHOS PRÓPRIOS

A AP foi oficialmente fundada em fevereiro de 1963, em congresso realizado em Salvador, no qual se consolidaram movimentos e fases vividos na conjuntura imediatamente anterior. A linha política foi sintetizada na resolução aprovada pelo congresso, batizada como **Documento base**.

A compreensão da origem da AP pode levar a fatos mais remotos, mas tem-se, em uma cronologia estritamente ligada a essa denominação,

que os principais passos para sua formação aconteceram em 1962. Da primeira reunião, sediada em São Paulo, extraiu-se um documento chamado **Estatuto ideológico**, que afirmava o compromisso da embrionária organização, então denominada Grupo de Ação Popular (GAP), com o socialismo e com a revolução brasileira. Em junho de 1962, em sua segunda reunião, ocorrida em Belo Horizonte, foram adotados o nome Ação Popular e a sigla AP.

O documento “Histórico” circunscreve os primeiros passos no ano de 1961. Faz referência à conquista da UNE (União Nacional dos Estudantes) e ao subsequente trabalho de articulação nacional em favor do movimento que culminaria na formação da AP, realizado em paralelo à caravana conhecida como UNE - Volante. Sem fazer citação explícita ao nome da instituição religiosa, a cronologia refere-se ao engajamento político da liderança da Juventude Universitária Católica (JUC), a partir do qual houve a conquista, em 1961, da direção da UNE.

A investigação da origem da AP, além dos parâmetros dos documentos oficiais, está balizada por bibliografia relativamente ampla, seja de origem acadêmica, seja de produção de ex-dirigentes. Em um caminho e no outro, com nuances de interpretação, há o reconhecimento de uma linhagem que remete à radicalização da juventude católica, no final da década de 1950 e início da seguinte. Com efeito, seu principal núcleo constituinte tinha raízes nos setores leigos do catolicismo, especialmente na JUC.

Vivia-se conjuntura caracterizada pela elevação da influência de movimentos e forças de esquerda na política nacional. Formada para cristianizar os estudantes universitários, a JUC passou, na segunda metade da década de 1950, por uma transformação política. No início da década de 1960, tornou-se força dirigente na UNE, fazendo alianças com setores da esquerda estudantil.

O processo de radicalização dos militantes da JUC chocou-se com os limites tolerados pela hierarquia da Igreja Católica. Como resposta à crescente autonomia e às posições assumidas pela juventude, a alta direção da Igreja emitiu, em 1961, um documento para disciplinar o novo fenômeno, afirmando que "os cristãos não podem considerar o socialismo como uma solução para os problemas políticos e sócio-econômicos e muito menos como a solução" (CNBB, 1961, p. 947). Além disso, Aldo Arantes, presidente da UNE, foi expulso da JUC e determinou-se que, a partir de 1962, nenhum estudante jucista poderia participar de eleições e entidades estudantis, sem deixar seu posto na

instituição católica. Colocou-se, então, o objetivo de criação de uma organização laica, que aglutinasse por motivos políticos. Em 1962, foi desencadeada uma série de reuniões e, em menos de um ano, estaria constituída a Ação Popular.

Se não se pode elidir essa linhagem, deve-se atentar para o fato de a Ação Popular, desde o princípio, assumir-se como um movimento mais amplo, aberto a outras influências, e incorporar militantes de origem diversa. Procurou organizar-se, segundo as palavras de Herbert de Souza (1976), seu primeiro coordenador, como um movimento nacional alternativo ao PC. Assim, atraiu, além dos católicos progressistas, cristãos de outros matizes<sup>1</sup> e militantes independentes, entre os quais havia marxistas (PEREIRA, 1999b).

O texto do **Documento base** não faz incursões diretas nessas etapas anteriores, nem às realizadas sob a chancela da AP nem a uma genealogia pouco mais remota. Pode-se inferir que seu interesse era afirmar, no ato inaugural do congresso de fundação, a identidade da nascente organização. Um balanço de sua gênese talvez fosse tão inadequado quanto excessivo.

Entretanto, alguns temas antes esboçados são aprofundados no **DB**, que sistematiza a identidade da AP em torno da elaboração de ideologia e de caminhos próprios. Buscava-se formular uma nova síntese política, em que podiam ser reconhecidas influências do cristianismo, do existencialismo e do marxismo. O conceito-chave desse documento era o “socialismo como humanismo”, por meio do qual a AP criticava as ditaduras de esquerda e o chamado socialismo real. Defendia-se a tese de que, no complexo mundo socialista em gestação, poderiam existir experiências com orientações ideológicas plurais. A realidade comportava a possibilidade de “diversas concepções de passagem ao socialismo”. Por isso, a experiência estaria demonstrando que o socialismo não se confundia, necessariamente, com o bloco político-militar soviético. No seio de sua geração, a singularidade da AP decorria do fato de não pertencer nem reivindicar uma linhagem especificamente marxista, embora sofresse sua influência.

---

<sup>1</sup> No Paraná, houve interseção política entre a AP e a Juventude Democrata Cristã. Embora sem vínculos orgânicos fortes, a JDC alinhava-se com a AP nas questões nacionais do movimento estudantil (DIAS, 2003). Outra vertente foi a do protestantismo, cujo caso mais emblemático foi representado pela atuação do dirigente Paulo S. Wright, de formação presbiteriana (WRIGHT, 1993).

A estratégia da AP, em contraponto à linha do PCB, recusava a concepção de que deveria haver uma fase de consolidação do capitalismo como etapa necessária à revolução brasileira. Não supunha possível, contudo, uma revolução imediata. Dispunha-se a desencadear o que chamou de “processo de preparação revolucionária”, definido, genericamente, como “mobilização do povo, na base do desenvolvimento de seus níveis de consciência e organização”(In: SOUZA LIMA, 1979, p. 142). O **DB** salienta que não cabia à AP antecipar como ocorreria o processo revolucionário. Reconhecia, porém, que “a história não registra quebra de estruturas sem violência gerada por essas mesmas estruturas, que produzem, em última análise, essa consequência”(In: SOUZA LIMA, 1979, p.137).

Nesse momento, a AP definia-se como um movimento e não como um partido político. É elucidativo o comentário posterior de um dirigente, proferido na época em que o objetivo de transformação em um partido marxista-leninista entrara em pauta: “nem nos púnhamos a questão de sermos um partido marxista-leninista, nem nos púnhamos como partido e refutávamos a idéia de um partido como uma idéia burguesa”(AP, 1971c, p. 3).

Entre as novas forças de esquerda que disputavam a cena política com o PCB, a AP foi a que teve maior influência social, exercendo a hegemonia sobre a UNE e incidência sobre a organização dos movimentos sindicais rurais. De qualquer forma, sua práxis, identificada com o horizonte da revolução brasileira, não ultrapassou o movimento em favor de reformas estruturais que marcou aquela conjuntura (GAVIÃO, 2007). O rápido crescimento que a AP experimentou em seu pouco tempo de existência foi interrompido com o golpe de Estado de 1964 e com a instauração da ditadura.

### EM BUSCA DO MARXISMO-LENINISMO

De acordo com o documento “Histórico”, a segunda fase da trajetória da AP iria de seu congresso de fundação até o “golpe de abril” de 1964. A terceira se estenderia dessa ruptura institucional até 1965, quando houve uma Reunião Nacional Extraordinária. Assinala que, nesse intervalo, a AP viveu uma crise, caracterizada pela desarticulação da base social, por desorientação política e por uma tendência à desagregação. Tal tendência teria sido revertida a partir da citada reunião, que aprovou o documento **Resolução política (RP)**, a primeira resposta aos novos desafios. A quarta fase se estenderia até o momento então vivido, ou seja, 1966.

A **RP**, aprovada em 1965, visava estabelecer uma política revolucionária para a organização, a ser aplicada imediatamente, sem adiamentos, para tirá-la do estágio em que vivia e inseri-la em uma nova fase de sua história, definida como rigorosamente popular e revolucionária. Para tanto, procede a um reexame da orientação vigente no período anterior, condensada, principalmente, no **Documento base**.

A relação com esse documento e com seu conteúdo não é, contudo, de ruptura total. Assevera: “Enganam-se aqueles que pensam estar o Documento base superado. As suas linhas mestras e definidoras conservam-se vivas e atuais. O que ele precisa é ser, antes de tudo, conhecido e entendido, e depois urgentemente completado” (AP, 1965, p.9 - grifos do original). A crítica frontal atinge mais a parte da tática e estratégia política do que a fundamentação filosófica.

No reexame da história da AP, faz-se incursão sobre a gênese da organização, detendo-se em duas fases localizadas em 1962. Na comparação, o **DB** foi saudado como um expressivo avanço em relação à formulação que o precedeu, lançando “os fundamentos de uma interpretação filosófica, audaciosa, renovadora do Homem e da Histórica”. Entende-se que o **DB** retorna à análise histórica e, afastando as “posições ingênuas de simples anticapitalismo”, estabelece, “pela primeira vez, com todo o rigor e alcance, nossa opção pelo socialismo” (AP, 1965, p. 9).

A análise reafirma a atualidade das posturas críticas, presentes no **DB**, em relação às características burocráticas e autoritárias das experiências socialistas. Resgatam-se, também, as passagens que falam “da complexidade do mundo socialista em gestação”, que poderia abrigar “experiências as mais diversas e com orientações ideológicas distintas” (AP, 1965, p. 9). O horizonte era o socialismo como humanismo.

Sobre os caminhos da revolução brasileira, aponta que o **DB** acertara em sua crítica ao “etapismo”. Mantém-se a compreensão de que não deveria haver uma fase burguesa, embora não fossem desconhecidos arcaísmos nas estruturas do país. Acusava-se a burguesia nacional de não ter autonomia em face da dominação imperialista. A grande deficiência do **DB** se encontrava na ausência de uma política global que articulasse as lutas parciais com a preparação ativa do processo revolucionário. A política anterior, por um lado, excluía a disputa eleitoral, uma das principais formas da luta institucional, e, por outro lado, era ambígua ou vaga em relação à insurreição. De um modo ou de outro, não era precisa



quanto à forma de conquistar o poder. Suas limitações teriam ficado expostas com a emergência do golpe militar.

Redefinição de grande impacto, a **RP** fixou o objetivo de conquistar o poder pela via insurrecional. A concepção de revolução abarcava as tarefas de libertação nacional com as tarefas socialistas. Nos termos da resolução, tratava-se de uma revolução socialista de libertação nacional, conceito que absorvia influência das estratégias das revoluções cubana e chinesa.

Nessa conjuntura dos primeiros anos da ditadura, tem-se que a maior influência era da Revolução Cubana. Em períodos posteriores, regidos pela hegemonia maoísta, essa fase seria referida como “foquista”, adjetivo derivado da “teoria do foco revolucionário”. Viriam a ser constituídas delegações para conhecer diretamente as experiências revolucionárias chinesa e cubana. Em pouco tempo, prevaleceria a linha chinesa.

O “Histórico” saúda a reformulação: “Saía o movimento unido, de uma grande crise de definição, aprovando sua **RP** por unanimidade” (AP, 1966a, p. 13). A aplicação das diretrizes não se deu sem conflitos. Nessa fase de adesão à luta armada, de acordo com registro do dirigente Duarte Pereira (1999a; 1999b), a AP viveu sua primeira luta interna. Teria ficado explícita a contradição, existente desde o início, entre a corrente revolucionária e a reformista. Estabeleceu-se a “re-opção”, que implicou o afastamento de militantes e dirigentes que não a aceitavam. O principal núcleo de resistência localizava-se em São Paulo.

O diagnóstico realizado no “Histórico” problematiza, também, dimensões que considerava frágeis na Ação Popular, atinentes ao perfil da militância, à base social, ao estilo de trabalho. Nesse cenário, promoveu-se pesquisa interna para aferir, de maneira realista, a composição da AP, presumivelmente para preparar as mudanças na política e medir seu impacto. Entre outros aspectos, o levantamento investigou: o período de ingresso, as características do estilo de militância e área de inserção, a consistência da formação política e as influências recebidas. Embora fossem acusadas falhas de metodologia e houvesse um grau de abstenção nas respostas, o resultado era representativo.

A maioria dos militantes que responderam, na casa de 68%, havia ingressado no pós-64, sendo que 40% já no período da **RP**. A militância anterior na Ação Católica não era mais o caminho principal, mas, no somatório geral, ainda era influente. O movimento estudantil mantinha-se como o núcleo principal de recrutamento. Sobrevivia a influência de

pensadores cristãos progressistas, em um contexto em que se constatava crescente interesse pelo marxismo. O estilo de militância e a compreensão dos contornos da luta armada eram considerados débeis. A ampla maioria não vinculava a necessidade de um partido de vanguarda para a condução da revolução (AP, 1966b).

Em reunião do Comitê Nacional de 1967, ao debater a questão do partido e do marxismo, a direção da AP “aprovou, entre outros, dois importantes documentos: um sobre o “Debate Teórico e Ideológico (DTI)” e outro sobre o “Partido de Vanguarda”, necessário para dirigir a revolução brasileira. Inicialmente, contudo, decidiu que não deveria constar da resolução o caráter de classe do partido, tema que deveria ser estudado em razão das particularidades. Nesse mesmo ano, tal impasse foi superado com a compreensão da necessidade de um partido proletário. Por seu turno, a resolução sobre o DTI convocou o estudo e debate organizado do marxismo. Em anos posteriores, essa fronteira de transformação ideológica seria vista como início do processo de “proletarização” da AP.

O documento que convocou o Debate Teórico e Ideológico fez um exame do período anterior. Resgatou que o **Documento base** atribuía uma importância decisiva ao marxismo, mas acusou que nunca houve um estudo sistemático a seu respeito. Havia, portanto, conhecimento superficial ou incorreto ou mesmo indisposição com o marxismo. A AP quase teria caído na pretensão de forjar uma teoria à margem da tradição revolucionária contemporânea. Reconheceu que havia uma definição socialista, afirmada no **DB** e reafirmada na **RP**. Faltava, porém, uma teoria científica, sem a qual essa definição ficava vulnerável às deformações da ideologia dominante. Essa teoria de base científica seria o marxismo, eixo do processo então instaurado. A ruptura é inequívoca:

Mas assim como não se deve pedir demais, também não se deve pedir de menos do debate atual. Pedir de menos seria negar a necessidade de centralizar o debate no estudo do marxismo, e pretender estudar, ao mesmo tempo, o pensamento de Teilhard Chardin, Emanuel Mounier, Bertrand Russel etc. (...) Na etapa atual, para que se possa chegar a resultados coerentes e inclusive preparar etapas futuras, é necessário considerar o estudo crítico do marxismo como eixo e princípio ordenador da discussão (AP, 1967, p. 14).

Se o marxismo era o eixo da discussão, isso não impediu a emergência de posições antagônicas. Documento emitido nos primeiros meses de 1968 estimava que, no início desse debate, havia cinco alas internas. Duas delas seriam antimarxistas, adeptas da sobrevivência do reformismo na organização. As outras variavam em sua assimilação do marxismo. A contradição principal seria entre reformistas e revolucionários. A resolução do DTI voltava-se, explicou, contra os antimarxistas (AP, 1968c). Segundo apontamentos do dirigente Duarte Pereira, havia embates contra uma corrente antimarxista e outra que defendia definição marxista imediata (PEREIRA, 1999a). O citado documento abordou a relação da transformação em curso com a origem religiosa de muitos membros. Defendeu o princípio de que não havia incompatibilidade da presença de cristãos, mas ressaltou que, dada a contradição entre o materialismo dialético e a religião, deveria haver um trabalho de persuasão a respeito (APML, 1968c).

Nesse processo de definição pelo marxismo, não se pode deixar de registrar a influência da obra de Althusser, que chegou por meio de militantes exilados na França. Esse foi um instrumento teórico de que a AP se utilizou para elaborar sua ruptura com o humanismo, predominante em sua origem e subjacente nessa fase de transição ao marxismo. O pensamento católico progressista que influenciara a formulação teórica da AP tivera seu ponto de contato com o marxismo na interlocução com os textos do “jovem Marx”. Althusser foi um dos críticos mais implacáveis dessa fase do pensamento marxiano, na qual estariam em evidência as questões da alienação e da autorrealização humana. Já no Marx da maturidade, superada sua fase neo-hegeliana, estaria a ciência do materialismo histórico, com suas determinações de estruturas e de classes. De qualquer forma, a crítica ao althusserianismo não tardaria.

No desfecho das disputas encetadas pelo DTI, a AP se dividiu em duas grandes correntes, às quais correspondiam pontos de vista divergentes sobre a natureza da revolução e sobre a questão do partido de vanguarda. A “corrente 1” apresentou o “esquema de 6 pontos”, claramente identificado com o maoísmo, declarado a terceira etapa do marxismo, o marxismo da atualidade. O Brasil passava a ser caracterizado como um país semicolonial e semifeudal. A revolução deveria ser de tipo nacional-democrático, por intermédio da estratégia da guerra popular prolongada. A arena privilegiada da luta revolucionária seria o campo. Defendia que existira um partido de vanguarda no Brasil, mas, como entrara em degenerescência, sua reconstrução era necessária. Sob

inspiração da Revolução Cultural chinesa, estabelecia que a militância da AP fosse reeducada em um processo de “integração na produção”, por meio do qual seria inserida no mundo do trabalho, na cidade e no campo (AP, 1968a).

A “corrente 2” definia a sociedade brasileira como capitalista e que a revolução deveria ter um caráter imediatamente socialista. Não aceitava a tese da terceira etapa do marxismo e ridicularizava a política de integração na produção. Diante do revisionismo assumido pelo PCB e das violações que suas dissidências teriam cometido ao marxismo-leninismo, eliminava a hipótese da reconstrução do partido. Defendia a construção de “um novo Partido de Vanguarda do Proletariado de tipo Leninista” (AP, 1968b).

Em 1968, na I Reunião Ampliada da Direção Nacional (RADN), prevaleceram as posições da “corrente 1”. Prova da contundência da disputa, membros da “corrente 2” foram expulsos da AP. Seus líderes participaram, em 1969, da criação do Partido Revolucionário dos Trabalhadores – PRT. Qualificadas como “foquistas” por seus adversários maoístas, as teses da “corrente 2” seriam parcialmente reabilitadas no final da década de 1970.

Nesses primeiros anos de ditadura, a AP desempenhou importante papel na rearticulação do movimento estudantil e buscou estreitar laços com as lutas dos trabalhadores urbanos e rurais. Manteve, assim, vínculos com as principais jornadas políticas de 1968. Na conjuntura imediatamente posterior à decretação do AI-5, a exemplo das outras organizações da “esquerda revolucionária”, a AP concentrou seus esforços na preparação da luta armada, sob inspiração da estratégia da Guerra Popular. Para a AP, o AI-5 teria sido uma confissão de fraqueza do regime ditatorial. Os principais laços com movimentos de trabalhadores, a partir de 1968, estiveram ligados ao processo de “integração na produção”, que entraria em declínio na sequência.

### **A QUE TRADIÇÃO PERTENCER**

As divergências entre as duas correntes eram suficientemente grandes, aos olhos de seus protagonistas, para gerar intensos debates, disputas e rupturas organizacionais, na medida em que estavam em pauta os destinos da revolução brasileira e a constituição da vanguarda que a dirigiria. Não obstante a distância de perspectivas, havia um ponto comum a ambas as correntes: a necessidade de superação da “velha” AP,

tida como pequeno-burguesa e idealista, em nome do marxismo-leninismo.

No documento **Duas posições**, elaborado e sustentado pelos componentes da “Corrente 2”, que se declaravam “os comunistas da AP”, há uma releitura da trajetória da organização, conduzida pelo prisma do processo de sua transformação em um partido marxista-leninista. Critica-se o ecletismo presente na origem da AP:

Nas condições em que surgiu o movimento era natural que ele fosse a convergência de tipos de militâncias diferentes. (...) Passam assim a coexistir internamente motivações diferentes de engajamento: uma posição revolucionária socialista, o descontentamento existente na esquerda brasileira na época, a disposição dos católicos de esquerda em escapar aos esquemas pré-estabelecidos dos esquemas “oficialmente marxistas” do PCB. Conviviam no mesmo movimento tanto aqueles que procuravam uma alternativa revolucionária ainda difusa, mas dentro do campo do socialismo, como os que procuravam uma terceira via, fruto de um anticomunismo sinuoso (AP, 1968b, p.7).

A reavaliação dessa política é severa. O resultado teria sido o predomínio do reformismo e do antimarxismo. Após o golpe militar de 1964, apesar das modificações promovidas, o peso das permanências teria sido acentuado. A **Resolução política** foi vista como resposta retardada ao desafio político de 1964. Seu texto afirmaria e aprofundaria o grande dilema do **Documento base**:

O ponto de partida de uma organização político-revolucionária são posições metafísicas ou a análise concreta, do ponto de vista de classe? (...). Antes de qualquer outra concepção política e análise da realidade, é necessária uma “interpretação prévia” do homem, uma análise “filosófica”. De lá vamos extrair todo o resto (AP, 1968b, p.8).

A estratégia para a revolução brasileira não estaria liberta da busca de um modelo ideal e do “utopismo”, marcas do caráter pequeno-burguês da organização. Entrando no universo da utopia, a **RP** não colocaria corretamente a questão da ditadura do proletariado e do partido de vanguarda, pedras angulares do marxismo-leninismo, referencial que se buscava consolidar:

A necessidade de se afirmar o caráter democrático do socialismo revela a necessidade de se demarcar da ditadura do

proletariado e a desconfiança de que esta não seja de fato a única democracia possível. Assim, o caráter de classe proletário da vanguarda organizada, em seu partido, não tem sentido nem razão de ser levantado (AP, 1968b, p.9).

Outra síntese parcial desse processo pode ser vista no documento **Esboço de uma história da Corrente 1**, orientado pela ótica da posição que prevaleceu na disputa interna. Já em seu início, o texto estabelece que o processo de transformação ideológica de uma organização pequeno-burguesa, como seria o caso da AP, não poderia acontecer em uma evolução linear. Entende-se que “o caráter de classe de um partido nasce e morre com ele, não é possível que todos ou o fundamental dos membros de um partido determinado, com determinada origem de classe, mudem todos para outra posição de classe” (AP, 1969a, p.1). Tendo em vista a sedimentação da memória das posições da “Corrente 1” e da hegemonia que obteve, resume:

Elementos de dentro de um partido pequeno-burguês podem se transformar em proletários e conseguir maioria nesse partido levando à destruição como partido pequeno-burguês para surgir com uma nova organização política, dada a nova posição de classe mesmo que eventualmente mantenha o mesmo nome (AP, 1969a, p.4).

O **Esboço de uma história da Corrente 1** serve de subsídio para a elaboração do documento **Audácia nos objetivos e rigor nos métodos**, extraído da 2ª. Reunião Ampliada da Direção Nacional da AP, ocorrida em 1969, que consolida a reavaliação e a ruptura com o passado. Sistematiza-se um ritual de autodestruição da AP para reconstrução em novas bases.

A AP viveria nova etapa de sua história: “a de sua transformação de um partido pequeno-burguês, inicialmente reformista e revolucionário, num partido revolucionário proletário” (AP, 1969b, p.4). A dialética da morte e recriação é explícita: “Assim, ao mesmo tempo em que começava a morrer a velha Ação Popular, começava a nascer uma nova Ação Popular, marxista-leninista, proletária; o processo de crise combinava-se com o processo de transformação e proletarização do partido” (AP, 1969b, p.3). A ruptura com a história da AP foi detalhada, minuciosamente, na formulação de 12 tarefas para reconstrução do partido operário, sempre dirigidas ao passado da organização.

O tema predominante nessa 2ª. Reunião Ampliada da Direção Nacional foi o do partido de vanguarda, pano de fundo dos debates realizados. A principal resolução foi a de reconstruir, na luta, o partido unificado do proletariado do Brasil. Recusou-se o chamado “foquismo” e “foi reafirmada a validade do princípio marxista de a classe operária ter o seu próprio partido” (AP, 1969b, p.26).

Ao declarar a morte da “velha AP” e o nascimento da “nova AP”, o documento procura fundá-la na tradição marxista, procedendo a um extenso exercício de resgate da história do movimento socialista, desde a época de Marx e Engels até o período então vivido, em que pontificava o marxismo de Mao Tse-tung. O fio condutor da análise é a permanente luta do marxismo contra ideologias pequeno-burguesas existentes no movimento socialista e contra os desvios, oportunismos e revisionismos surgidos em seu interior. Com isso, a AP corrigia sua pretensão de ter tentado forjar uma estratégia “fora da tradição revolucionária contemporânea” e alargava o horizonte do seu passado. Sem usar diretamente esse vocabulário, o exercício é conduzido pela reflexão: “a que herança renunciamos?” e “a que tradição nos filiamos?”

Em seguida, o documento mergulha na história da esquerda brasileira, focalizando a tradição do marxismo-leninismo nacional, constituída a partir da Internacional Comunista (IC) e de sua antiga seção, o PCB. Embora fizesse críticas à concepção de revolução que norteou a maior parte da vida do PCB, orientada pela IC, o ponto central da análise era a degenerescência do partido da classe operária e sua transformação em um partido revisionista<sup>2</sup> (AP, 1969b, p.42). A partir desse marco, impôs-se o objetivo de reconstruir o partido da classe operária no Brasil.

O vazio político então gerado era propício ao surgimento de novas organizações: “neste contexto, um grupo de jovens estudantes idealistas, de origem cristã, após articulação em âmbito nacional deu origem à AP” (AP, 1969b, p. 67). Avalia-se que a AP “surgiu de dentro da pequeno-burguesia, fora portanto da tradição do movimento operário comunista internacional, alheio ao ponto de vista de classe do proletariado no terreno político, ideológico e organizativo” (AP, 1969b,

---

<sup>2</sup> A referência direta é à crise que teria acometido o PCB, no final da década de 1950. Em decorrência da repercussão do XX Congresso do PCUS, em que foram denunciados os crimes de Stalin, teriam grassado o chamado revisionismo contemporâneo e uma linha reformista. A URSS passou a ser vista como centro do revisionismo internacional e o PCB como sua expressão nacional.

p. 67). Com esse perfil, participou ativamente do movimento revolucionário, apesar do discurso radical, com uma perspectiva essencialmente reformista. Reconhece que, a partir de 1965, houve um processo de redefinição com a aprovação da **RP**, mas as limitações são apontadas:

Este primeiro processo de redefinição mais profunda de rumos marca a entrada no campo revolucionário, mas não era suficientemente profundo a ponto de questionar nosso caráter de classe se introduzir no campo do proletariado. O documento de estratégia da RP de 1965 expressa a nova posição dos revolucionários pequenos-burgueses, fazendo uma proposição no fundamental foquista da linha militar (AP, 1969b, p. 67).

Critica-se a influência de Althusser no DTI, que teria deformado a essência da relação entre a teoria e a prática no marxismo. O uso de sua obra teria legitimado a suposta transformação de elementos de origem não proletária em marxistas-leninistas proletários pelo simples estudo teórico. Reafirma-se a centralidade do pensamento de Mao Tse-tung para a recriação da AP:

Em contato com o pensamento de Mao Tse-tung introduzimo-nos em um novo e muito mais profundo processo de redefinição de princípios, de política e de métodos. Este processo de transformação e redefinição questionava o próprio caráter de classe do partido, ou seja, propunha um rumo de transformação através de uma radical autocrítica do passado, através da ruptura com o antigo partido, objetivava a destruição da velha AP e a construção de uma nova AP (AP, 1969b, p. 69).

Esse processo atingiu seu desfecho nas duas Reuniões Ampliadas da Direção Nacional. Na 1ª. RADN verificou-se a vitória da “Corrente 1”, aprovando-se o aprofundamento do processo de transformação, com redefinição de princípios e métodos de construção ideológica, política e organizativa. Na 2ª. RADN, “o aspecto principal foi o da vitória da unidade em torno das posições proletárias, em torno da proposição da reconstrução do Partido do proletariado” (AP, 1969b, p. 70).

A II RADN, ao estabelecer as condições em que deveria ser reconstruído o partido, ressaltou dois pré-requisitos: o estágio de luta de classes no Brasil e a luta contra o revisionismo internacional. Compreendia-se que a AP e o PC do B eram dois partidos criados em



1962, aptos a desempenhar as tarefas exigidas pela terceira etapa do marxismo. Partindo do pressuposto de matiz staliniana, constituído em paradigma ao longo da Internacional Comunista, de que a classe operária só pode ter um partido, aponta-se o cenário de unificação entre essas duas forças, que poderia ocorrer por intermédio de uma fusão e surgimento de um terceiro partido ou pelo destacamento de um polo principal aglutinador, hipótese considerada mais provável.

A prioridade ao PC do B era ensejada pela proximidade das duas organizações com a revolução chinesa e seu legado estratégico: revolução nacional-democrática, a deflagração da guerra popular para conquistar o poder, combate ao revisionismo contemporâneo etc. De resto, dirigentes chineses estimulavam eventual união das duas forças (APML,1971c, p.3).

A condução dos debates levou, porém, a dúvidas sobre a origem do PC do B. Tratava-se do antigo partido marxista-leninista, reorganizado e depurado do revisionismo que tomara conta do PCB, ou se tratava de uma de suas dissidências? <sup>3</sup> A II RADN entendeu que não tinha dados suficientes para avaliar em profundidade a questão. Levantou-se a hipótese de que foi reorganizado em 1962. A reunião deixou a polémica aberta, para posterior aprofundamento.

### AÇÃO POPULAR MARXISTA-LENINISTA

Em abril de 1971, por ocasião da III Reunião Ampliada da Direção Nacional, o processo de transformação da AP atingiu novo patamar. A partir de então, passou a denominar-se Ação Popular Marxista-Leninista (APML) e, conforme estabeleceu o estatuto então aprovado, a estruturar-se pelos parâmetros leninistas, sob a norma do centralismo democrático. Constituíram-se, então, seu primeiro Comitê Central e seu primeiro Bureau Político. Juntamente com o Estatuto, foi aprovado o **Programa básico**, que sistematizava a linha e a estratégia

---

<sup>3</sup> O PC do B foi formado, em 1962, por um setor dissidente do PCB, que havia sido expulso por divergir da mudança da linha política. Na lógica que movia esses agentes políticos, promovia-se a reorganização do partido comunista histórico, fundado em 1922, depurado do revisionismo que havia tomado conta do PCB. O PC do B reivindicaria e disputaria, além do nome, a história e os símbolos do antigo partido: “E vai ser exatamente através do respaldo em sua história que o PC do B irá tentar convencer os seus militantes e interlocutores de que seria o verdadeiro partido comunista atuante no Brasil, o que se mantivera dentro das autênticas tradições marxista-leninistas, enquanto o outro teria se afastado desse caminho” (SALES, 2002, p.157).

política da APML, referida, em passagens-chave, como “nova Ação Popular”.

Em sua abertura, o **Programa básico** atualiza a ruptura com o passado:

A nova Ação Popular é uma organização política proletária, inteiramente dedicada a servir ao proletariado e por isso todo o povo, e tem como missão dirigir a classe operária e as amplas massas populares na luta contra seus inimigos de classe. Surgiu de um partido pequeno-burguês, fundado em 1962, que se transformou de um partido pequeno-burguês-reformista (1962-1964) num partido pequeno-burguês revolucionário (1965-1967) e depois, através de uma árdua luta teórica e prática (1967-1969), numa organização marxista-leninista (a partir do segundo semestre de 1969) (APML, 1971a, p. 1).

Não obstante a convergência de pontos de vista a respeito do significado da ruptura com a origem da AP e da necessidade da transformação orientada pelo marxismo-leninismo, acumulavam-se divergências internas. No seio da Comissão Executiva Provisória (CEP), instância que reunia o núcleo dirigente e cujos membros integrariam o Bureau Político após a III RADN, emergiu o “Movimento autocrítico”, destinado a corrigir os erros do processo de “proletarização” da AP. Implicava revisão de estruturas, de métodos de recrutamento, de concepções – tidas como espontaneístas – de preparação da guerra popular e até mesmo da compreensão do marxismo-leninismo e da questão do partido de vanguarda (APML, 1973a).

A “corrente 1”, que deu sustentação à linha hegemônica na I RADN, era heterogênea e o “esquema dos seis pontos” padecia de aprofundamento e melhor sistematização. Aliado aos impasses da condução da linha política revolucionária, o debate fez emergir diferenças.

No intervalo entre as duas reuniões ampliadas, vicejaram questionamentos à interpretação do Brasil como um país semifeudal e semicolonial e à concepção da revolução nacional-democrática. Exemplo dessa tendência foi a intervenção do dirigente Paulo Wright, membro do Bureau Político, que aqueceu o debate, na segunda metade de 1970, com a divulgação do documento “Cinco Pontos de Luta Interna”. Propôs, ainda, a rejeição da tese da reconstrução do partido operário e defendeu a construção de um partido de tipo inteiramente novo, alegando que se vivia “uma etapa inteiramente nova na revolução mundial e no país”

(WRIGHT, 1970). Em contraposição, membros do Bureau Político experimentaram aproximação crescente com o PC do B. Na 8ª. reunião da CEP, realizada em fins de 1970, ganhava corpo o entendimento de que, no processo de unificação das forças proletárias, a base deveria ser o PC do B (APML, 1971d).

Para a aprovação do **Programa básico**, chegou-se a uma espécie de solução de compromisso entre as posições que amadureciam no interior da Ação Popular. Seu texto reflete essas tensões e compromissos. Em primeiro lugar, afirma-se que a base teórica da APML eram os “princípios científicos e universais do marxismo-leninismo-maoísmo”. Esclarece que “o maoísmo era ao mesmo tempo uma continuação e uma nova etapa do marxismo-leninismo, o marxismo-leninismo da nossa época” (APML, 1971a, p. 1).

Na definição do programa mínimo, afirma-se que o Brasil, país complexo, combinaria “relações semifeudais e feudais, com predominância das relações capitalistas” (APML, 1971a, p. 11). Além da insuficiência das condições objetivas, faltariam, também, condições subjetivas para a revolução socialista proletária. Assim, o programa mínimo da nova AP era a revolução nacional, democrática e popular, anti-imperialista e agrária. Salienta-se que se tratava de uma revolução nacional-democrática de tipo novo. “Primeiro, porque faz parte da revolução mundial proletária e não da revolução mundial burguesa. Segundo, porque leva à implantação e desenvolvimento de um capitalismo nacional. Terceiro, porque só pode ser dirigida até o final pela classe operária”(APML, 1971a, p. 11).

A tarefa principal era a preparação imediata e ativa da guerra popular, com “a justa combinação entre a ampliação e radicalização das ações de massas no campo e nas cidades, e a imediata preparação ideológica, política, orgânica, técnica e material da nova Ação Popular e do povo para a luta armada, no campo e nas cidades” (APML, 1971a, p. 14). Quanto ao tema nevrálgico, o **Programa básico** define que o objetivo era construir um partido de tipo inteiramente novo, marxista-leninista-maoísta. Levava-se em consideração que, no Brasil, existiam forças marxistas-leninistas e um partido marxista-leninista, o PC do B. Este, contudo, viria a repelir a proposta de forma contundente.

Na época da III RADN, segundo o documento que anunciou seus resultados (APML, 1971b), havia cinco tendências no debate. O afunilamento na conjuntura imediatamente seguinte dar-se-ia em torno da seguinte polarização. Por um lado, formar-se-ia, na direção da APML,

uma maioria favorável à incorporação ao PC do B, com base na afinidade de programas e no reconhecimento de que ele seria o partido histórico da classe operária, fundado em 1922 e reorganizado em 1962. Outra ala sistematizou a visão da revolução imediatamente socialista e a necessidade da constituição do partido inteiramente novo, próprio da etapa vivida pelo marxismo.

As disputas em torno do **Programa Básico** não tardaram. De acordo com os que se inclinavam para a incorporação ao PC do B, a despeito de alguns equívocos e insuficiências, ele expressava o avanço da maioria marxista-leninista em formação. Aos que se posicionavam no outro polo e passaram a rejeitar a concepção de revolução nacional-democrática, o **PB** não chegava a traduzir completamente o que denominaram de “linha dogmática e direitista”, embora servisse a seus objetivos.

A maioria em formação estava traduzida na composição do Bureau Político da APML, do qual faziam parte Haroldo Lima, Aldo Arantes, Renato Rebelo, Duarte Pacheco, Jair Ferreira de Sá e Paulo Wright. Os dois últimos eram identificados com as posições da chamada minoria. Nos dois campos, havia nuances internas. Jair Ferreira de Sá, líder da “corrente 1” em 1968, promovia uma guinada em suas posições e passava a defender a revolução imediatamente socialista. Paulo Wright, apesar de ter aderido à “corrente 1”, demonstrava divergências com seus cânones desde aquela época (AP,1969a). No outro polo, a posição de Duarte Pereira seria relativamente distinta da assumida pelos outros três dirigentes.

Em julho de 1971, o Bureau Político, reunido extraordinariamente, aprovou a proposta, apresentada por Duarte Pereira, de que o PC do B fosse o polo da unificação. Em novembro de 1971, o CC aprovou a proposta de unificação em torno do PC do B e convocou o II Congresso da AP para tomar a decisão em última instância (APML, 1971d). Nas duas reuniões, houve resistência da ala que se opunha a essa compreensão. A decisão se pautou no reconhecimento de que se tratava do partido histórico do proletariado brasileiro, mas persistiam questões conceituais e programáticas a superar.

Nesse período, o PC do B divulgou contundente nota em seu jornal “A classe operária”, por meio da qual refutou a posição que a APML havia definido, meses atrás, no **Programa básico**. Negava-se a reconhecer a Ação Popular como organização marxista-leninista, rejeitava a caracterização da nova etapa do marxismo e sua concepção de

construção do “partido inteiramente novo”, que seria “trotsquizante”. Na visão do PC do B, o reagrupamento das forças revolucionárias deveria fortalecer o verdadeiro partido marxista-leninista do país, ele próprio. Por isso, ao encerrar, conclamou a adesão dos militantes da APML que tivessem chegado a essa conclusão.

A reação a tal intervenção foi balizada pelo posicionamento no debate interno da APML. Os defensores da unificação em torno do PC do B assimilaram a crítica e caminharam para a adesão às posições globais daquele partido. Os opositores denunciaram o tom pejorativo do documento, acusaram-no de tentar desagregar a APML e conclamaram um posicionamento em defesa da organização. A divisão interna não teria reversão.

Em 1972, nas frestas da polarização que se seguiria, um destacamento da APML da Bahia, liderado pelo dirigente João Batista Drummond, antecipou-se e se incorporou ao PC do B. Nessa conjuntura de 1972, dois densos documentos sistematizaram as posições em conflito, cada qual fazendo, por meio de uma extensa abordagem histórica, uma interpretação do país. A relação com o maoísmo e com o legado da revolução chinesa adquiriu feições complexas e até certo ponto paradoxais.

A ala que passou a defender a revolução imediatamente socialista, atribuindo a si mesma a condição de esquerda da APML, sistematizou o documento **Combater o dogmatismo de direita e isolar os liquidacionistas nas fileiras do partido**. Entendia que a estratégia da revolução nacional e democrática seria um transplante dogmático do modelo chinês, sem correspondência com a realidade brasileira. Rejeitava não apenas a interpretação de que havia resquícios feudais, mas a própria ideia de um passado assim caracterizado: “apesar do emprego de relações de trabalho pré-capitalistas, o sistema de plantações no Brasil foi regido pelas leis capitalistas de produção” (APML, 1972a, p. 29). Traduzindo sua visão estratégica, conclui que “será pela insurreição urbana que a revolução triunfará” e que “o proletariado brasileiro é a força principal da revolução brasileira” (APML, 1972a, p. 44).

Não obstante esse deslocamento, preserva-se uma identidade com o maoísmo, relacionada com a época histórica, a terceira etapa do marxismo, e não especificamente com o programa. Para os adeptos, tratava-se do método e não da letra do marxismo. Desse parâmetro derivava a tese da construção de um “partido unificado de tipo inteiramente novo”, necessário para conduzir a “luta contra o

revisionismo e o dogmatismo até suas últimas conseqüências” (APML, 1972a, p. 59-60).

A outra concepção estratégica presente na disputa foi sintetizada no documento **Contribuição ao estudo científico da sociedade brasileira**, cujo esboço já servira de base aos debates da III Reunião Ampliada. Sua análise do processo revolucionário pode ser assim resumida:

O conteúdo fundamental da revolução agrário-camponesa no Brasil é democrático-burguês. (...). A tarefa democrática principal da revolução brasileira é de extirpar todo o sistema latifundiário, o monopólio da propriedade da terra e o cortejo de suas sobrevivências feudais. A revolução nacional e democrática é assim antiimperialista e agrária (APML, 1972b, p. 78).

Defende a doutrina de Marx, Engels, Lênin, Stalin e Mao Tse-tung e sua aplicação nas condições concretas do país, mas entende que as questões principais já haviam sido tratadas pelos “provados marxistas-leninistas do PC do B”, cuja ascendência é percebida em várias passagens. De um lado, salienta-se a proximidade do **Programa básico** com as posições daquele partido. De outro, criticam-se os supostos “trotskistas”, (...) que, encobertos por uma fraseologia esquerdista, centram fogo “na vanguarda do proletariado brasileiro, (...) saudado pelo CC do PC da China como o ‘glorioso Partido Comunista do Brasil’” (APML, 1972b, p. 78). Stalin é reivindicado como a base da refutação das teses “trotskistas”.

Atribuir a influência trotskista à outra corrente, verdadeiro anátema segundo os parâmetros de uma posição que reivindicava o legado de Stalin, decorria de duas motivações. Primeira, refutar a concepção de construção partidária, acusada de sustentar-se no ajuntamento de tendências e frações e de não ter o caráter proletário e unidade de vontade. Segunda, rejeitar a concepção de revolução, que estaria sustentada em devaneios de autores trotskistas ou “trotsquizantes” (LIMA; ARANTES, 1984, p.148).<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Não havia vínculo direto entre o trotskismo e essa ala da APML, mas deve-se esclarecer que os trotskistas se distinguiram, no seio da esquerda brasileira, pelo questionamento da revolução por etapas. Na conjuntura em questão, eram influentes as teses de Gunther Frank acerca da teoria da dependência, que tinham pontos de contato com as teorias de Trotsky sobre a revolução na periferia do capitalismo (GORENDER, 1987).

Se o estreitamento de laços com o PC do B tinha sido estimulado pela proximidade das duas organizações com a revolução chinesa, o aprofundamento dessa relação implicou, naquele momento, a revisão de alguns pontos. Conforme reconheceram Aldo Arantes e Haroldo Lima, o encaminhamento exigiu a depuração das posições da AP em favor das diretrizes do PC do B. A mais importante dizia respeito ao maoísmo como terceira etapa histórica vivida pelo marxismo, que não era aceita pelo PC do B. O leninismo continuaria fundamentando as lutas revolucionárias do período A segunda questão referia-se à aceitação da necessidade de cumprir as tarefas da revolução nacional e democrática para passar à revolução socialista. A terceira aludia à composição da formação da frente anti-imperialista. Promovida a depuração, garantem, passava a existir unidade nas questões fundamentais da revolução (LIMA; ARANTES, 1984).

Com o aquecimento da disputa interna pela arregimentação de forças, no final de setembro de 1972, a chamada maioria, por meio do Bureau Político, destituiu Jair Ferreira de Sá e Paulo Wright, os líderes da outra ala, de seus cargos de direção, acusando-os de fracionismo (APML, 1972c). Em 1º de outubro do mesmo ano, expulsou-os da organização (APML, 1972d).

Em janeiro de 1973, O CC da APML, monopolizado pela antiga maioria, ratificou a decisão, comunicada em edição especial do jornal “Libertação”. O desfecho dessa trama veio em maio de 1973, quando, segundo termos usados por seus protagonistas, o Bureau Político do Comitê Central da Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil divulgou a sua última circular, indicando o procedimento acertado entre as duas direções para o ingresso no PC do Brasil (LIMA; ARANTES, 1984, p. 158).

Intitulada “Incorporemo-nos no Partido Comunista do Brasil”, a resolução expõe os motivos da decisão. Reconhece que existia uma defasagem entre as últimas formulações da APML, consolidadas no **Programa Básico** e na resolução do CC em novembro de 1971, e a situação vivida no momento. Todavia, alega que, com a dinâmica dos debates e da luta interna, já havia unidade real nas questões fundamentais da revolução com o PC do B, especialmente na concepção de partido e do programa político. Vale dizer, as posições político-ideológicas declaradamente aceitas são as do PC do Brasil (APML, 1973b, p.2).

A essa unidade de concepção, somava-se a necessidade de reforçar o PC do B, que havia sido abalado por golpes da repressão, e a

própria experiência da Guerrilha do Araguaia. Estabelecia-se a necessidade de incorporação em clima de urgência. Ao reconhecer que o PC do Brasil era o único e verdadeiro partido da classe operária, dono de uma linha política correta e justa, a AP coroava seu processo de transformação, a que chamava de “proletarização”, iniciado em 1967(APML, 1973b).

Conquanto a adesão significasse subordinação à disciplina interna do PC do B, a incorporação orgânica deveria ser progressiva e cuidadosa: “O esquema organizativo da Ação Popular deverá continuar funcionando até que o processo de incorporação e o partido dele necessitem”(APML, 1973b, p. 4). Sobre o II Congresso, anuncia que “alguns passos práticos (...) serão esclarecidos posteriormente” (APML, 1973b, p.4). Para os que seguiram esse caminho, o evento não viria a ocorrer.

Em livro sobre história da AP, Haroldo Lima e Aldo Arantes apresentam justificativas. Para eles, previsto para resolver as divergências, com a dinâmica dos acontecimentos e a consolidação das posições, o congresso perdera sua função. Adicionam, ainda, questões de segurança, impostas pela conjuntura “fascista” e pelo terrorismo de Estado contra os comunistas. Se fosse realizado, o papel do congresso não seria mais o de promover a conclusão do debate, um fato precipitado pelas circunstâncias, mas o de fazer o balanço final da organização (LIMA; ARANTES, 1984). A transição para completa incorporação orgânica duraria alguns anos. De qualquer forma, para os que decidiram ingressar no PC do B, fechara-se, em 1973, o ciclo de existência da Ação Popular.

A visão mais ampla desse processo exige a percepção de divergências no seio da ala majoritária e a reação da chamada minoria. Protagonista da aproximação entre a APML e o PC do B, o dirigente Duarte Pereira teve posição distinta nesse desfecho. Desligou-se do Bureau no início de 1973, quando tentou resolver algumas pendências existentes. Por intermédio do documento **Estevão e o PC do B**, consolidado em 1999, esclareceu seu posicionamento. Uma discordância dizia respeito à não realização do II Congresso, que teria o papel de, além de resolver a oposição entre os campos em disputa, solucionar as contradições da maioria. Não concordava, também, com a revisão unilateral das posições da organização a que pertencia. Mantinha divergências importantes e reivindicava canais apropriados para exercê-las no seio do novo partido. Discordava, por exemplo, da defesa incondicional de Stalin e de seu regime, traços indelévels do PC do B, pautando-se em certa tradição crítica presente desde as origens da AP (PEREIRA, 1999a; 1999b).



Na irradiação da temperatura desse conflito, Jair Ferreira de Sá emitiu documento, sistematizando um balanço do processo e de seus desdobramentos. Na disputa da memória sobre a luta orgânica pelo controle da organização, acusou o outro setor de utilizar maiorias eventuais em certos níveis da direção, especialmente na direção central, e de composições temporárias e organismos incompletos para forçar a ideia de unidade entre o **Programa básico** e o programa do PC do B, com vistas a acelerar a unificação com aquele partido e, assim, deter o movimento de retificação da linha política e travar o possível avanço das posições da esquerda. Evocando para a ala que liderava legitimidade de preservar a organização própria da APML, propôs o desafio, contido no título do texto, de fazer uma transição ao II Congresso. Juntamente com seus aliados, procurava preservar, com os matizes de sua leitura, a memória e os marcos da história. Daí o fato de convocar o II Congresso, obedecendo à enumeração estabelecida (APML, 1972e).

Não é possível detalhar os fatos dessa disputa, repleta de acusações recíprocas de deslealdade. Não há dúvida de que essas questões, relacionadas com a legitimidade das decisões, têm relevância, mas, nos limites dispostos, o foco dirige-se sobre a questão mais ampla, ou seja, como era reescrito o sentido da história da Ação Popular.

A ala majoritária estabeleceu uma linhagem entre o comportamento dos antagonistas daquela conjuntura e o passado mais remoto da organização (APML,1973a). Formulou a interpretação de que sempre existiram, em combate à afirmação de uma linha justa, persistentes manifestações de tendências pequeno-burguesas na luta interna. Isso seria sobrevivência do “terceirismo”, busca de uma terceira posição, presente desde o nascimento da AP. Sempre que uma tendência era derrotada, ressurgia sob outra forma. São arroladas três incidências importantes: em 1965, o conflito opôs os revolucionários aos reformistas; em 1967/68, o embate foi entre os marxistas-leninistas e os fidelistas; finalmente, a luta mais aguda envolveu os marxistas-leninistas e os neotrotskistas. Assim, o terceirismo ideológico emergia como variante do trotskismo (APML,1973a). Em sentido mais amplo:

A incorporação da AP ao PC do Brasil foi, assim, no plano interno, uma inequívoca vitória do marxismo-leninismo e uma flagrante derrota do revisionismo. Reforça a tendência geral de aglutinação em torno do PC do Brasil e aponta para os marxistas-leninistas de outras origens o caminho provado que devem seguir para ajudar na construção do partido do proletariado no Brasil (LIMA; ARANTES, 1984 p.169).

A decisão de aderir ao PC do B implicava abrir mão da experiência organizativa própria e abraçar outro partido e sua história. Era a esse passado que se filiavam. Mesmo a história da AP foi interpretada pela ótica da decisão final de se incorporar ao PC do B (DIAS, 2006).

Essa fronteira é um dos marcos de disputa de memória. O setor remanescente iria se referir ao desenlace como a “cisão de setembro/outubro de 1972” (APML, 1972e). Segundo lacônica definição de Elzira Vilela, militante da ala que permaneceu organizada como APML: “A Ação Popular se cindiu e um grupo da Ação Popular entrou para o PC do B e outro não” (AQUINO, 2003, p. 134).

Por um período, antes que se consumasse a incorporação de uma ala ao PC do B, os dois agrupamentos reivindicariam o nome da legenda (OLIVEIRA JR, 2000).

### **A RECONSTRUÇÃO DA APML, A TENDÊNCIA PROLETÁRIA E O PT**

Logo depois do episódio que denominavam de cisão, em um quadro de fragilidade organizativa, os líderes da chamada minoria tomaram iniciativas para rearticular, segundo sua perspectiva, a APML. No final de 1972, houve a constituição de um Núcleo Executivo Provisório. Em dezembro daquele ano, em reunião do Pleno, foram fixadas diretrizes para a reconstrução da organização, orientadas, em coerência com a identidade do agrupamento, pela concepção da natureza socialista da revolução e pela necessidade de sustentar-se no movimento operário. A pauta geral contemplava a questão do II Congresso e seu tema principal, o partido operário.

Dever-se-ia tomar como base, mediante avaliação da experiência precedente, a existência de uma Tendência Proletária (TP) no seio da esquerda brasileira, à qual correspondia um acúmulo político. Em um período em que eram vividos os estertores da estratégia militarizada de deflagração da luta armada (GORENDER, 1987), a Tendência Proletária nascia dos impasses e derrotas sofridas pelo campo da Esquerda Revolucionária (ER) e de sua necessária autocrítica, que deveria ter como balizas o marxismo revolucionário e a dinâmica concreta do movimento de massas e da classe operária:

O campo da tendência proletária surge assim como ao mesmo tempo a continuidade e a negação da esquerda revolucionária.

Continuidade nas suas tradições revolucionárias, no que representar de rompimento com o reformismo e o populismo anteriormente hegemônicos. Negação na essência de suas linhas políticas anteriormente marcadas pelo dogmatismo e associadas a uma prática voluntarista (APML, 1978a, p. 31).

Enquanto esses temas tomavam conta das instâncias, a questão da segurança se impunha, por causa do recrudescimento da repressão. Na segunda metade de 1973, os tentáculos do aparato repressivo provocaram uma série de “quedas” de militantes da APML. Conforme Jair Ferreira de Sá, “nossa O. sofreu em 1973 um duro golpe repressivo que quase a liquida. Tivemos nosso funcionamento nacional suspenso”(APML, 1976a, p.1). Houve, inclusive, a eliminação de Paulo S. Wright, um dos dois principais expoentes da reconstrução da APML. Some-se, ainda, o golpe militar do Chile, que abalou a principal base no exterior.

Em julho de 1974, por intermédio do Boletim Central 8, a Direção Geral sistematizou um balanço do período, balizado pelas diretrizes fixadas no Pleno de dezembro de 1972. Apontou que, nesse intervalo, teria ocorrido pouco avanço nas questões programáticas e estratégicas acerca da revolução brasileira. Nesse aspecto, o balanço é “lamentavelmente negativo”. E alertou para os riscos de desagregação: “(...) é impossível para uma O. revolucionária sobreviver por muito tempo com o nível de indefinições que possuímos em temas de tamanha importância” (APML, 1974, p.2). Avaliou, entretanto, positivamente o compasso de construção da Tendência Proletária. Teriam sido obtidas vitórias na incidência sobre grupos independentes, no país e no exterior (APML, 1974, p.2). No capítulo sobre perspectivas, o boletim faz uma indagação sobre a pertinência de a APML permanecer como organização autônoma.

A APML não perderia sua existência independente, mas sua intervenção, na conjuntura próxima, estaria pautada pela construção da Tendência Proletária. Tal perspectiva a levou a se aproximar do MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), do MEP (Movimento de Emancipação Proletária) e da PO (Política Operária). Um dos resultados foi a publicação da revista **Brasil Socialista**, editada no exterior e com circulação no país, a qual veiculava tanto textos doutrinários quanto de intervenção na conjuntura do Brasil. Na sequência, manteve relações privilegiadas com o MR-8, fato que levou ao objetivo de proceder à fusão das duas organizações. Mas as relações vieram a se deteriorar.

Em 1976, Jair F. de Sá, com um de seus pseudônimos, subscreveu um documento de ampla análise do período, cujo objetivo se expressava em seu título: “Reorganizar e preparar o congresso”. Criticou as condições de recepção e adesão ao maoísmo, no clima da revolução cultural chinesa. Propôs que fossem retomadas as “fontes fundamentais da teoria marxista”, Marx, Engels e Lênin, o que já vinha “sendo parcialmente feito pela corrente de esquerda desde a luta contra a direita”, sem eliminar estudos das obras de Mao Tse-Tung. Tais estudos serviriam de base para reexame formal de concepções, com as quais ele pessoalmente já tinha rompido, da “terceira etapa do marxismo” e do “partido de tipo inteiramente novo”. Defendendo a ideia de que era vivido outro patamar de debates, esclareceu que, nesse período pós-cisão, haviam sido dedicados estudos ao “Programa Socialista para o Brasil”, elaborado pela Polop em 1967. Era sinal dos contornos do debate, orientado pela concepção da revolução socialista, e da interlocução no campo da TP (APML, 1976a).

O documento acima informa, sem esconder fragilidades, que a reconstrução da APML tinha avançado, basicamente, nas regiões 1 e 2, Rio de Janeiro e São Paulo. Nessas condições, em 1976, houve a constituição do Núcleo Provisório de Reorganização Nacional. Em seguida, foram patrocinadas novas edições de dois documentos representativos da luta interna anterior.

O primeiro foi o **Programa básico**, que, não obstante as derivações políticas promovidas pela APML e as críticas acumuladas, não fora revogado. Na introdução à reedição, resgata-se que o documento foi fruto da luta interna do início da década, quando houve disputa, parágrafo por parágrafo, por sua elaboração. Afirma-se que seu resultado significou um “compromisso” precário entre as forças em disputa, uma verdadeira colcha de retalhos, em que prevalecia a aliança entre o “centro” e a “direita”. Quando teve desfecho aquela luta interna, esse programa já não era referencial real de coesão política. Para a corrente de esquerda, cujos sucedâneos assinam essa introdução, o **PB** já então se encontrava superado. O objetivo da reedição era “unificar uma avaliação sobre ele e, logo após, declararmos formalmente a suspensão de sua vigência”(APML, 1976b, p.1). Adicionalmente, houve a edição de uma extensa e minuciosa análise crítica do **PB**.

O segundo foi o **Combater o dogmatismo de direita e isolar os liquidacionistas nas fileiras do partido**. Na introdução à reedição, voltando a abordar o desfecho da luta interna, os dirigentes ressaltam o papel que esse documento tivera no enfrentamento à chamada linha

“dogmática e direitista”. Advogam que sua reedição, mais do que um registro de uma luta pretérita, seria “ponto de partida que estamos assumindo no enfrentamento das questões de elaboração de uma linha revolucionária proletária da revolução brasileira” (APML, 1976c, p. 1).

A reorganização foi tida como consolidada em 1977, quando foram aprovados estatutos e a política de finanças. No estatuto, reafirma-se a identidade com o marxismo-leninismo, definido como “doutrina científica e em constante desenvolvimento criador”. A APML declara participar do Movimento Comunista Internacional e estar comprometida com o enfrentamento de sua crise. São focalizados temas como o “centralismo democrático” e a disciplina partidária (OLIVEIRA JR, 2000).

Em recente livro de memórias, o ex-dirigente Ricardo de Azevedo (2010, p. 205-8) faz detalhado balanço dessa fase. Comenta, principalmente, a rearticulação com o movimento estudantil, a abertura de novas frentes de atuação e o espraiamento da reorganização para além do eixo Rio - São Paulo, atingindo importantes estados, como Bahia e Minas Gerais. Demonstra como, no seio da Esquerda Revolucionária, a AP distinguiu-se por revalorizar, desde 1974, a tática eleitoral em sua estratégia política. No final da década, além de conseguir eleger deputados pelo MDB, procurou elaborar uma intervenção para a conjuntura da abertura política.

Em março de 1978, o Secretariado Nacional da APML, com vistas à preparação da IV Reunião Ampliada Nacional, editou um “Anteprojeto de Resolução”, constituído de uma análise da conjuntura nacional, do passado recente da Esquerda Revolucionária e de debates sobre a reconstrução partidária (APML, 1978a). Nesse momento, a APML relacionava-se com o processo de rearticulação dos movimentos sociais. Em 1977, emergiram manifestações do movimento estudantil. Em 1978, o movimento sindical preencheu a cena política. Esse vigoroso movimento incidiria sobre a pauta da abertura política e da reforma partidária, servindo de suporte à constituição do Partido dos Trabalhadores.

A IV RAN ocorreria em fevereiro de 1979, enumeração que obedece à sequência histórica dos eventos da organização. Em pauta: a conjuntura nacional, o futuro da APML e a opção partidária institucional.

Promoveu-se, logo no início, um ajuste com o passado. Revogou-se, finalmente, o **Programa básico**, aprovado pela III RADN. A rigor, não se tratava mais do que de um rito formal. Lê-se nas resoluções:

“como já tinha sido feito na prática e mesmo em vários documentos de nossa O., (...) revogou-se formalmente o programa básico” (APML, 1979a, p. 2).

Aprofundando a revisão, conclui-se que teria sido cometido o erro de considerar o maoísmo a terceira etapa do marxismo, assim como a consequente proposição do “partido de tipo inteiramente novo, marxista-leninista-maoísta”. A base teórica fundamental sobre a qual deveria se sustentar o desenvolvimento da APML era o marxismo-leninismo.

O **PB** teria efetivado um diagnóstico equivocado da sociedade brasileira, na medida em que esta não havia sido qualificada como capitalista dependente. Disso teria derivado o erro de caracterização da revolução brasileira, que havia sido definida como nacional-democrática e popular, em vez de socialista-proletária. Por conta desse equívoco, havia sido aprovada a estratégia da “guerra popular prolongada”, com base principalmente no campo, e não como deveria ser de um processo de acúmulo de forças para a luta armada de base, principalmente insurrecional e assentada principalmente sobre a classe operária” (APML, 1979a, p. 2). Essa classe era a força dirigente e motriz da revolução.

Revisitando o passado mais remoto, a IV RNA fez autocrítica do processo de expulsão, no contexto da I RADN, em 1968, da “Corrente 2”:

Esta corrente, então expulsa de nossa O., se constituiu na primeira corrente interna a defender posições de revolução socialista, as quais mais tarde viríamos a adotar, ainda que na época suas posições justas, no que toca ao caráter da sociedade brasileira e da revolução, ficassem até certo ponto obscurecidas pelo desvio militarista que se manifestou naqueles companheiros (APML, 1979a, p.3).

Chamam a atenção os termos da autocrítica à expulsão da “Corrente 2”, referida como a “primeira” a defender a revolução socialista. Desconsidera-se a fase inicial da história da AP. A defesa da revolução imediatamente socialista era um dos traços distintivos da origem da organização, ainda que seus referenciais não estivessem nos cânones do marxismo-leninismo.

Na minuciosa análise crítica do **Programa Básico**, divulgada antes da IV RNA, podem ser encontradas mais nuances dos debates que culminaram na resolução acima. A “corrente 2”, expulsa naquela época, chegou a ser citada como “nossa fração de esquerda de 1968”. O PRT, partido que os dirigentes expulsos ajudaram a fundar, teria elaborado o

documento mais avançado do período, “o ante-projeto de programa” (APML, 1978b).

A APML promoveu esse ajuste com o passado, revogando o programa anterior e fazendo autocrítica do desfecho da luta interna de 1968, mas se percebe, nos documentos de sua última fase, a tendência de inserir sua história na trajetória da Esquerda Revolucionária. A experiência coletiva do campo da ER, vista pelo prisma da APML, serve de baliza para analisar as limitações e os impasses da constituição da TP e do partido revolucionário.

A IV RNA concluiu que não havia condições para a formulação de uma teoria revolucionária para a construção do partido do proletariado no Brasil. Remeteu o aprofundamento do debate ao II Congresso, cuja convocação constava de suas deliberações. Registre-se, por fim, que foi constituído o novo Comitê Central da APML, o primeiro desde a cisão do início da década.

Em entrevista divulgada em livro de Marta Harnecker (1994), o ex-dirigente Jorge de Almeida fez um diagnóstico detalhado da realização da IV RNA. Nessa época, informa, havia várias tendências e opiniões no seio da APML. Não se tratava de tendências organizadas, mas de opiniões diferentes sobre os temas vividos. A organização mantinha-se como marxista-leninista, mas a compreensão do leninismo não estava isenta de diferentes interpretações. Semeavam-se debates sobre a importância da luta institucional, da necessidade do acúmulo prolongado de forças antes da ruptura final, enfim, da disputa de hegemonia. Havia influência, assim, de noções gramscianas. Ninguém mais assumia o maoísmo, apesar de alguns defenderem suas contribuições. Havia, ainda, posições autonomistas, de diluição da organização. A IV RNA, em resumo, não conseguiu unificar a APML e lhe dar alento político (HARNECKER, 1994).

Diante da nova conjuntura, sem abrir mão da necessidade de constituir a Tendência Proletária, a APML propôs a formação de um partido socialista e de massas para atuação institucional, o Partido Popular. No curso de 1979, tendo ficado evidente que a proposta do Partido Popular era inviável, o CC reuniu-se e, com objetivos semelhantes, decidiu pela incorporação ao Movimento pró-PT, que ganhava densidade naquele ano (DIAS, 2009).

Mas havia divisões internas, evidência da crise de perspectivas. Um setor defendia a entrada no MDB, pelo qual haviam sido eleitos parlamentares ligados à APML. Dessa perspectiva surgiu uma fração, chamada Ação Comunista, que viria a ingressar no PCB. Outros militantes

desligaram-se em direção ao MR-8, igualmente alojado no MDB. Havia divergências entre os que se inclinavam pela formação do PT. De um lado, havia quem o defendesse como um partido classista, definido em uma perspectiva socialista e revolucionária; de outro, quem o compreendesse como um partido popular, mais amplo e com vocação institucional. Em cada uma dessas posições, havia defensores da manutenção da organização e também de sua diluição (HARNECKER, 1994).

Consagrando a adesão ao movimento pró-PT, o CC declarou:

Lutamos por uma concepção e não pelo nome. (...) Havendo a evolução política dos que defendem a proposta de PT, a unificação deste setor com os que propõem hoje o PP não pode ser obstaculizada em torno de qual seria a sigla assumida pela alternativa partidária. (...) O nome PP não é uma questão de princípio e deveremos estar abertos a abrir mão do nome se isto facilitar uma unificação” (APML, 1979b, p. 12).

Entretanto, a diversidade de perspectivas e a tendência de fracionamento interno dificultavam a ação unitária. Por isso, em maio de 1980, reunião do CC decidiu suspender a aplicação do centralismo na APML, “constatando a total impossibilidade político-ideológica de centralização da nossa O”. Nesse cenário, deflagrou-se “um processo de congresso a curto prazo como meio mais eficiente e democrático para buscar a solução de nossa atual crise política e orgânica”(APML, 1980, p.1).

Em outubro de 1980, no Rio de Janeiro, finalmente aconteceu o II Congresso. A pauta seria concentrada nos debates de conjuntura e tática e construção partidária. O I Congresso, ocorrido em 1963, foi o de fundação da organização. O segundo, tardio, seria uma espécie de “canto de cisne”. Quando foi colocado na ordem do dia, muitos anos antes, deveria concluir o debate sobre o partido operário. No momento em que se realizava, essa pendência se mantinha. O contexto, porém, era muito diferente. A APML passara pelo que os remanescentes chamavam de cisão, tinha feito autocrítica do período anterior e, agora, relacionava-se com uma conjuntura em que os movimentos dos trabalhadores ocupavam a cena política. Sua fragilidade organizativa era muito grande. Foi aprovado um documento genérico e a constituição da Comissão Nacional Provisória (CNP). Esta funcionou, precariamente, até 1981, desarticulando-se por si própria.

Jorge de Almeida, membro da CNP, resumiu desta forma o legado do II Congresso e os últimos dias da APML:



O Congresso não adotou praticamente nenhuma resolução, à parte de definir a participação na construção do PT sem espírito utilitarista de autoconstrução. E foi integrada uma coordenação nacional sem poderes de centralização. Na prática, a organização deixou de funcionar, com cada grupo de militantes aplicando sua linha. Esta Coordenação se reuniu cerca de três vezes e se liquidou. Assim terminou a Ação Popular, sem nenhuma decisão formal ou disputa pela sigla, como ocorre em outros casos (HARNECKER, 1994, p.260).

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo de atualização do projeto da Ação Popular, presente em várias conjunturas, verifica-se o exercício de reconstrução de sua memória e de recomposição de sua identidade. A conversão ao marxismo, com ritos que declaravam morta a “velha AP” e saudavam a “nova AP”, significou uma ruptura com o passado e a atualização de sua memória e de sua identidade. Nas disputas existentes no processo de definição de qual seria a linha marxista-leninista a ser seguida, cada qual entendida como a verdadeira, havia a compreensão, a despeito das divergências, de que essa ruptura com o passado era necessária, a fim de que a AP fosse reorganizada com base na tradição marxista.

A busca da tradição se fez sentir, com variações, nos debates sobre o partido de vanguarda do proletariado. Viu-se como uma ala aderiu ao PC do B por entender que se tratava do partido histórico do proletariado, o portador da tradição. Outra ala manteve-se organizada como APML, defendendo que o partido deveria ser construído de acordo com a tradução contemporânea daquela tradição, na etapa vivida do marxismo. Nos dois casos, houve redimensionamento da relação com o passado.

Na fase de seguinte, manteve-se a pauta do partido de vanguarda, sempre apontado como principal carência do processo revolucionário. Nesse processo, embora tivesse existência autônoma, a identidade da APML se insere no campo da Esquerda Revolucionária, inspirada no marxismo-leninismo, em cujo seio nasceria o partido de vanguarda.

Foi com a identidade de pertencer ao campo da ER marxista-leninista que a APML se incorporou ao processo de formação do PT. Sua concepção estratégica ia além do PT, mas reconheça-se que, desde que se filiou ao marxismo-leninismo, não teve mais um projeto exclusivo para si.

**REFERÊNCIAS**

- AP. Documento base. 1963. In: SOUZA LIMA, L. G. *Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- AP. *Resolução política*. 1965.
- AP. *Histórico*. 1966a.
- AP. *Pesquisa sobre a situação da organização*. 1966b.
- AP. *Resolução sobre o debate teórico e ideológico*. 1967.
- AP. *Os seis pontos*. 1968a.
- AP. *Dois posições*. 1968b.
- AP. *Autocrítica da Direção Nacional*. 1968c
- AP. *Esboço de uma história da Corrente 1*. 1969a,
- AP. *Audácia nos objetivos e rigor nos métodos*. 1969b.
- APML. *Programa básico*. 1971a
- APML. *Viva a nova Ação Popular*. Comunicado da III Reunião Ampliada da Direção Nacional. 1971b.
- APML. *Relatório da Reunião Extraordinária do Birô Político do CC DA APML*. 1971c.
- APML. *Lutemos pela unificação em torno do Partido Comunista do Brasil*. 1971d.
- APML. *Combater o dogmatismo de direita e isolar os liquidacionistas nas fileiras do partido*. 1972a
- APML. *Contribuição ao estudo científico da sociedade brasileira*. 1972b
- APML. *Defender a organização, liquidar o fracionismo neotrotsquista e avançar na preparação do Congresso*. 1972c.
- APML. *Nas fileiras da nova Ação Popular não há lugar para fracionistas e recalcitrantes*. 1972d.
- APML. *Desafio imediato: como fazer a transição necessária para garantir a realização vitoriosa do II Congresso da AP*. 1972e.
- APML. *Vitória do marxismo-leninismo*. Resolução do CC da APML. 1973a.
- APML. *Incorporemo-nos no Partido Comunista do Brasil*. Resolução do Birô Político. 1973b.
- APML. *Boletim Central*. n. 8, 1974.
- APML. *Reorganizar e preparar o congresso*. 1976a.
- APML. *Introdução à reedição do Programa básico*. 1976b.

- APML. *Introdução à reedição de Combater o dogmatismo de direita e isolar os liquidacionistas nas fileiras do partido*. 1976c.
- APML. *Anteprojeto de Resolução – IV RNA*. 1978a.
- APML. *Comentários críticos ao Programa Básico*. 1978b.
- APML. *Resoluções políticas da IV RNA*. 1979a.
- APML. *Avançar na construção de um Partido Popular aderindo ao movimento pró-PT*. 1979b.
- APML. *Resoluções políticas do Comitê Central*. 1980.
- AQUINO, M. E. *Personnas: gradações do discurso político religioso no Brasil pós-64*. São Paulo: ME Aquino, 2003.
- AZEVEDO, R. *Por um trix*. Memórias de um militante da AP. São Paulo: Plena, 2010.
- CNBB. Diretrizes da Comissão Episcopal da Ação Católica Brasileira e do apostolado dos leigos para a JUC nacional. *Revista Eclesiástica Brasileira*. v. XXI, dez. 1961.
- DIAS, Reginaldo B. *Sob o signo da revolução brasileira: a experiência da Ação Popular no Paraná*. Maringá: Eduem, 2003.
- DIAS, Reginaldo B. *A cruz, a foice o martelo e a estrela: a tradição e renovação da esquerda na experiência da Ação Popular*. Assis, 2004. Tese (doutorado em História) - Unesp.
- DIAS, Reginaldo B. A história da Ação Popular na perspectiva do PC do B. *Diálogos*. Maringá, v. 10, n. 1, p. 143-175, 2006. doi:10.4025/dialogos.v10i1.111.
- DIAS, Reginaldo B. Da esquerda católica à esquerda revolucionária. A Ação Popular na história do catolicismo. *Revista Brasileira de História das Religiões*. Maringá, v.1, n. 1, p. 166-195, maio. 2008.
- DIAS, Reginaldo B. A história da Ação Popular nas memórias de Herbert de Souza. *Diálogos*. Maringá, v. 11, n. 3, p. 163-198, 2007. doi:10.4025/dialogos.v11i3.45.
- DIAS, Reginaldo B. A Ação Popular Marxista-Leninista e a Formação do PT. *Perseu*. São Paulo, v.3, 2009.
- GARCIA, M. A. AP: do cristianismo ao marxismo-leninismo. *Em tempo*. 20 set. 1979.
- GAVIÃO, F. P. *A “esquerda católica” e a Ação Popular na luta pelas reformas sociais (1960-1965)*. Campinas, 2007. Dissertação (Mestrado em História) - Unicamp.

- GORENDER, J. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1987.
- HALBWACHS M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HARNECKER, M. *O sonho era possível*. Havana: Casa América Livre, 1994.
- LIMA, H.; ARANTES, A. *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.
- OLIVEIRA JÚNIOR, F. *Paixão e revolução: capítulos sobre a história da AP*. Recife, 2000. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco.
- PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros*. História e memória do PCB. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- PEREIRA, Duarte Pacheco. *Estevão e o Partido Comunista do Brasil*. 1999a.
- PEREIRA, Duarte Pacheco. *Entrevista ao Arquivo Edgard Leuenroth*. 1999b.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- SALES, Jean R. O PC do B conta a sua história: tradição, memória e identidade política. *Diálogos*. Maringá, v.6, p. 155-172, 2002.
- SOUZA, Herbert. et alli. *Memórias do exílio*. São Paulo: Livramento, 1976.
- WRIGHT, P. *Cinco pontos de luta interna*. 1970.
- WRIGHT, D. J. *O coronel tem um segredo: Paulo Wright não está em Cuba*. Petrópolis: Vozes, 1993.



